

TERRITORIALIDADE E MEIO AMBIENTE DA TERRA INDÍGENA PITAGUARY, CEARÁ-BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DAS POSSIBILIDADES DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO NA ALDEIA DE MONGUBA

TERRITORIALITY AND ENVIRONMENT IN THE INDIGENOUS LAND PITAGUARY, CEARÁ-BRASIL: THOUGHTS ON THE POSSIBILITY OF THE PARTICIPATIVE MAPPING IN THE INDIGENOUS LAND OF MUNGUBA

TERRITORIALIDAD Y MEDIO AMBIENTE DE LA TIERRA INDÍGENA PITAGUARY, CEARÁ- BRASIL: REFLEXIONES SOBRE LAS POSIBILIDADES DE LA CARTOGRAFÍA PARTICIPATIVA EN LA ALDEA DE MONGUBA

Lúcio Keury Almeida Galdino
Universidade Federal do Ceará
lkagaldino@yahoo.com.br

Francisco Otávio Landim Neto
Universidade Federal do Ceará
otaviogeo@oi.com.br

Edson Vicente da Silva
Universidade Federal do Ceará
cacauceara@gmail.com

Adryane Gorayeb
Universidade Federal do Ceará
adryanegorayeb@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho analisa a territorialidade e o meio ambiente da Terra Indígena Pitaguary, sendo posto em discussão uma prática de mapeamento participativo realizada na aldeia Monguba. Os procedimentos metodológicos ocorreram em duas dimensões que apresentam-se interligadas, sendo a primeira destinada ao referencial teórico onde buscou-se estabelecer um diálogo entre os estudiosos que refletem sobre as temáticas abordadas neste trabalho, a segunda diz respeito a metodologia operacional que está relacionada ao conhecimento empírico da TI Pitaguary, sendo realizado o mapeamento participativo fundamentado na investigação-ação-participação. Diante do exposto percebeu-se, i) a existência de conflitos em função da não demarcação pelos indígenas, ii) as aldeias de Santo Antônio e Monguba se destacam como territórios que possuem elevada intensidade de atividades culturais contribuindo para a o resgate e fortificação da cultura indígena e, iii) o mapeamento participativo forneceu poder de representação, construção do território e fortificação da identidade territorial através da visibilização dos múltiplos usos da terra presentes na aldeia de Monguba. Acredita-se que o conjunto de reflexões presentes neste escrito possa contribuir com o processo de luta pela demarcação da TI Pitaguary.

Palavras Chave: Territorialidade; TI Pitaguary; Mapeamento Participativo e Aldeia de Monguba.

Abstract

This paper examines the territoriality and the environment of the Indigenous Land Pitaguary, discussing a practice of participative mapping performed in the Monguba Indigenous Land. The methodological procedures were conducted in two interconnected dimensions, the first, designed to the theoretical approach in which we seek to establish a dialogue between the researchers who study the topics involved in this

research; the second, refers to the operational methodology related to the empirical knowledge of the Pitaguary Indigenous Land, having realized the participative mapping based on the investigation-action-participation. Therefore, it was noticed, i) the existence of conflicts due to the lack of demarcation by the indigenous people; ii) the Santo Antonio and Munguba Indigenous Land stand out as territories with a vast intensity of cultural activities, contributing to the rescue and the fortification of the indigenous culture; and iii) the participative mapping provided a power of representation, building of the territory and fortification of the territorial identity through the visualization of the many uses of the lands of Monguba. It is believed that the body of observations presented in this paper might contribute to the process of struggle for the demarcation of the Pitaguary Indigenous Land.

Keywords: Territoriality; Pitaguary Indigenous Land (IL); Participative Mapping; and Monguba Indigenous Land

Resumen

Este trabajo analiza la territorialidad y el medio ambiente de la Tierra Indígena Pitaguary, poniendo en discusión una práctica de cartografía participativa realizada en la aldea Monguba. Los procedimientos metodológicos se realizaron en dos dimensiones interrelacionadas; la primera destinada al referencial teórico, donde se buscó establecer un diálogo entre los autores que reflexionan sobre las temáticas abordadas en este trabajo, y la segunda referida a la metodología operacional que se relaciona con el conocimiento empírico de la TI Pitaguary, mediante la cartografía participativa que se fundamenta en la investigación – acción – participación. Teniendo en cuenta lo anterior, se encontró i) la existencia de conflictos en función de la no demarcación por los indígenas ii) las aldeas de Santo Antonio y Monguba se destacan como territorios que poseen una alta intensidad de actividades culturales, lo cual contribuye al rescate y fortalecimiento de la cultura indígena, y iii) la cartografía social proporciona poder de representación, construcción del territorio y fortalecimiento de la identidad territorial a través de la visibilización de los múltiples usos de la tierra presentes en la aldea de Monguba. Se cree que el conjunto de reflexiones presentes en este escrito puede contribuir en el proceso de lucha por la demarcación de la TI Pitaguary.

Palabras clave: Territorialidad, TI Pitaguary; cartografía participativa, Aldea de Monguba.

INTRODUÇÃO

As informações presentes neste trabalho referem-se a um estudo empírico e teórico que abrange as dimensões territoriais, sociais e ambientais inerentes a Terra Indígena (TI) Pitaguary numa perspectiva regional, sendo também posto em discussão as possibilidades do mapeamento participativo elaborado por lideranças indígenas da aldea de Monguba que está relacionado ao uso dos recursos naturais.

A TI Pitaguary está inserida em dois municípios cearenses, a saber, Maracanaú e Pacatuba, destaca-se que a maioria das paisagens naturais cearenses tem sido alteradas pelas ações antropogênicas, em especial na região metropolitana de Fortaleza. Nesse contexto, Diniz (2010) assegura que a maior parte das comunidades indígenas cearenses estão localizadas nas zonas rurais, porém o município de Maracanaú possui um distrito industrial em constante expansão. A esse respeito faz-se necessário ressaltar que existem um conjunto de pressões relacionadas e empreendimentos ligados a mineração que estão inseridos na TI e no seu entorno.

O principal motivo dos conflitos está na luta e resistência em função da demarcação e uso da terra ocupada pelos indígenas. O sentimento de apropriação e identidade reflete a percepção do espaço em que vivem traços da territorialidade que os moradores mantêm com o lugar que evidencia um melhor aproveitamento e (re) conhecimento do meio, respeitando a natureza e a população local e observando os níveis de vulnerabilidade e potencialidade do lugar (GALDINO, 2007). A esse respeito Pellegrini (1993, p. 52) enfatiza que essa apropriação e identidade construída propicia reconhecer que “o patrimônio natural é defendido por aqueles que criam laços, transformando-o também em Patrimônio cultural a partir das relações construídas”.

Neste trabalho buscou-se efetivar a observação, levantamento e análises das características ambientais que pode contribuir para que a TI tenha uma maior capacidade de mobilização em torno dos múltiplos usos da terra na aldeia de Monguba. Com isso, criam-se possibilidades de se construir alternativas, evitando consequências da exclusão, uso e exploração intensas dos recursos e primando por uma melhor qualidade de vida para a população local.

Este trabalho apresenta enquanto procedimento metodológico duas dimensões, sendo que a primeira está relacionada com o referencial teórico sobre os assuntos abordados (territorialidade, TI Pitaguary e mapeamento participativo) estão inseridos nas seções, e, a segunda diz respeito a descrição dos procedimentos técnicos utilizados para a elaboração do mapa social de uso e ocupação da terra na aldeia de Monguba localizada no município de Pacatuba.

A TERRA INDIGENA PITAGUARY: DISCUTINDO A TERRITORIALIALIDADE

A comunidade¹ indígena Pitaguary está localizada na Região Metropolitana de Fortaleza (Figura 1), especificamente nos municípios de Maracanaú e Pacatuba sendo constituída por cinco aldeias: Aldeia Nova, Santo Antônio, Olho D`Água, Horto e Monguba cuja situação de suas terras foram reconhecidas, no dia 03 de julho de 2000, por meio do relatório oficial da FUNAI possuindo 1.735 hectares (GALDINO, 2007). Destaca-se a existência de uma decisão judicial em caráter liminar que proibia a demarcação que foi cassada em 15 de maio de 2003. A comunidade indígena espera que esse processo demarcatório tivesse continuidade, com vistas à legitimação da identidade cultural, do território e do uso tradicional da sua terra. A Figura 1 apresenta a localização geográfica da TI Pitaguary.

¹Conforme Mocellim (2011, p.106) “a palavra comunidade sugere uma forma de relacionamento caracterizada por altos graus de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social; e não se trata apenas de um vínculo passageiro. As relações caracterizadas como comunidade têm sua continuidade no tempo. O espaço também é importante na caracterização da comunidade, pois esta é localizada e envolve vínculos de proximidade espacial, tanto quanto de proximidade emocional”.

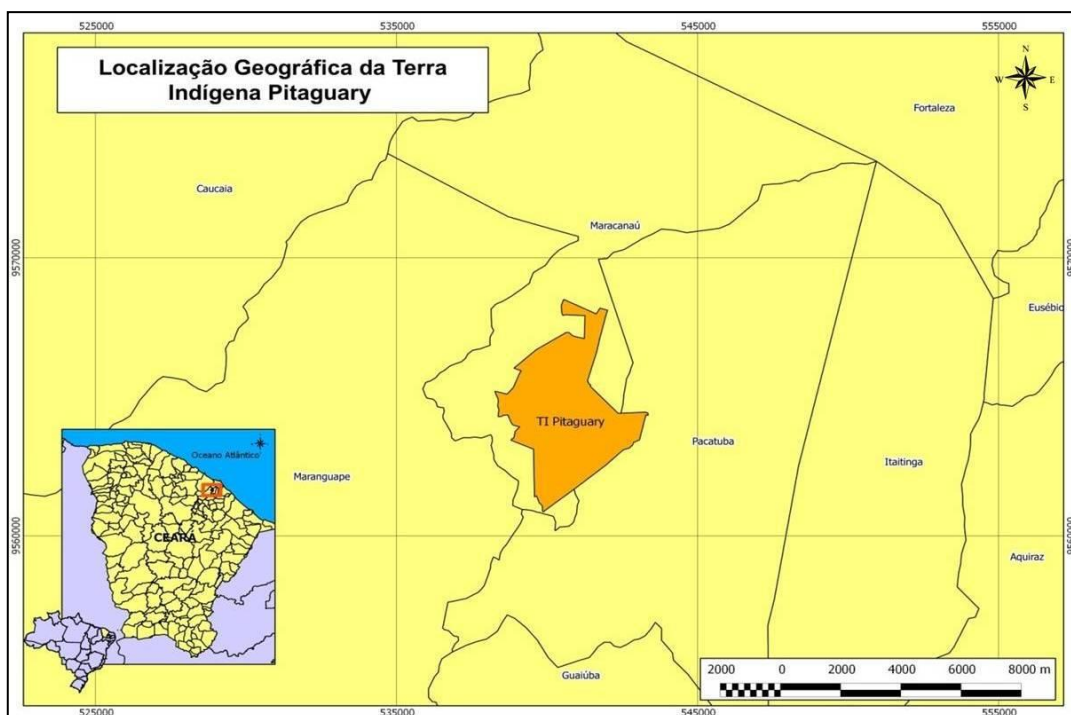


Figura 1: Localização da terra indígena Pitaguary. Fonte: Souza, 2013.

O sentimento de apropriação e identidade reflete na percepção do lugar em que vivem traços da territorialidade² que os moradores mantêm com o lugar que evidencia um melhor aproveitamento e (re) conhecimento do meio, respeitando a natureza e a população local e observando os níveis de vulnerabilidades e potencialidades existentes no lugar. Essa apropriação e identidade construídas propicia a percepção que o patrimônio natural é protegido por aqueles que firmam laços, caracterizando também em patrimônio cultural a partir das relações estabelecidas (PELLEGRINI, 1993).

Além dos trâmites legais que estiveram burocratizando o pedido de demarcação durante anos, o processo ainda sofreu atrasos, por conta de processos jurídicos movidos por pessoas que também habitam as proximidades da área reivindicada pelos indígenas (GALDINO, 2007). Esse contexto fomenta uma reflexão elencada por Tinbergen (1997, p. 78) sobre a “cultura da indiferença” onde relata que,

[...] O caráter complexo de nosso *processus* de produção e de nossas relações tornam o “primeiro destruir – depois reconstruir” e realizável e absurdo. A “cultura da indiferença” representa um perigo para o mundo de amanhã. O que precisamos é de um tipo de vocação que nos possibilite contribuir para a solução dos problemas realmente importantes que temos de enfrentar.

No ano de 1999 no contexto das lutas por reconhecimento étnico e de demarcação da terra indígena, surgiu a preocupação de se trabalhar a história e a cultura da comunidade com as crianças e jovens da comunidade na escola, visando o fortalecer a cultura e a identidade territorial do povo Pitaguary (SOUZA 2013). A tabela 1 apresenta uma breve caracterização de cada aldeia do presente na TI Pitaguary.

²Segundo Ferreira 2014 (p.130) “a territorialidade se materializa no lugar e parece refletir as dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais, organizando-se na desordem e na complexidade das relações diversas”.

Tabela 1: Características gerais das aldeias presentes na TI Pitaguary.

Aldeia	Característica
Santo Antônio	Está localizada no município de Maracanaú. Apresenta uma paisagem conservada, sendo o local que concentra a maior parte dos lugares de memória da etnia Pitaguray.
Aldeia Nova	Está localizada no município de Maracanaú. As moradias apresentam-se precárias apresentando problemas relacionados a irregularidade no abastecimento de água.
Olho D` Água	Está localizada próxima ao centro comercial do município de Maracanaú apresenta uma paisagem urbana. Possui altos índices de criminalidade, e ineficiência do saneamento básico.
Horto	Está localizada nas proximidades do centro comercial do município de Maracanaú apresenta uma paisagem urbana. Tem altos índices de criminalidade, e ineficiência do saneamento básico.
Monguba	Está localizada no município de Pacatuba. Destaca-se como um dos lugares que possui maior atividade cultural, dispõem de uma casa de apoio onde são realizadas as reuniões do conselho local.

Fonte: Adaptado Diniz (p.70 e 71).

As discussões sobre território e territorialidades são entendidas como um processo de apropriação da natureza pela sociedade, estabelecendo os limites e as fronteiras desses fenômenos, sua extensão e tendências espaciais; o trabalho e a apropriação da natureza na construção do território. A forma como se territorializou a comunidade indígena desde a sua origem, a chegada de novos atores, a apropriação e reprodução do espaço ao longo do tempo. A esse respeito Diniz (2010, p.70) expõe que, “de origem Tupi o termo Pitaguary sempre aparece nos documentos oficiais do século XVII, XIII e IX, designado um lugar: uma serra, um sitio, um terreno. Possivelmente um termo derivado de variáveis do nome Potigura, etnia que teria ocupado extensas terras, já em 1603, na costa cearense”.

Através de relatos de moradores acerca da história e formação sócio territorial, percebe-se que a área sempre foi habitada por índios. Traços estes, que ainda hoje se mantêm, constituindo uma espécie de “resistência” ao processo de descaracterização sociocultural a que são submetidas comunidades semelhantes. E este é um fator de territorialização importante que vem ocorrendo ao longo do tempo. Visando compreender melhor a importância deste fato, utilizou-se o pensamento de Raffestin (1993, p. 143) ressaltando que “o território se forma a partir do espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”.

A espacialização deste processo se dá com a percepção visual, o tato, o movimento e o pensamento, combinando-se para dar o sentido característico de espaço, possibilitando a capacidade para reconhecer e estruturar a disposição dos objetos e das relações. Ainda conforme Raffestin (1993, p. 160), a

“territorialidade é a soma das relações mantidas por um sujeito com o seu lugar”. Nesse sentido, Corrêa (1998, p.151) afirma que,

A territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

As discussões sobre territori(o)alidade são voltadas para os elementos mais significativos: os “vividos e percebidos” pelos indígenas. Na relação entre a comunidade e a natureza, a etnia prima pela construção do conhecimento básico, a cosmologia, o sistema de valores e os costumes da população que devem ser levados em consideração para que busque atingir a realidade do conceito de território.

Vale ressaltar a importância do método comportamental e da percepção que surge de forma muito promissora à Geografia, configurando-se como uma importante contribuição para a Geografia humanística, pois, subsidia uma discussão sobre as noções de espaço e lugar que, então, tomam outras dimensões conceituais. Nesse sentido, Tuan (1980, p.356) informa que “A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através de estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”.

O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. A noção de espaço envolve um complexo de ideias. A percepção visual, o tato, o movimento e o pensamento se combinam para dar o sentido característico de espaço, possibilitando a capacidade para reconhecer e estruturar a disposição dos objetos e das relações.

Visando compreender as territorialidades, os conflitos socioespaciais e, os múltiplos usos da terra localizada na aldeia de Monguba, optou-se pela utilização da base teórica e metodologia do mapeamento participativo que fornece poder de representação e construção espacial aos grupos sociais que possuem um conhecimento integral do seu território. O mapeamento participativo é compreendido como nova ferramenta vinculada ao planejamento e transformação social, sendo utilizado para a investigação-ação-participativa e desenvolvimento comunitário (LANDIM NETO *et al*, 2013).

CULTURA E TERRITORIALIDADE: MAPEAMENTO PARTICIPATIVO INERENTE AOS USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA ALDEIA DE MONGUBA EM PACATUBA NO CEARÁ

O município de Pacatuba foi criado em 08 de janeiro de 1869, pela Lei Nº. 11.301, tendo sido desmembrado do município de Maranguape. No tocante à localização e às condições naturais do município, segundo o Anuário Estatístico do Ceará (2007), este possui uma área de 132,43 Km². Tem uma Altitude média de 65,4 m e o seu posicionamento geográfico, em latitude, corresponde a 3º 59’ 03” de latitude, em longitude, 38º 37’ 13”. Limita-se ao Norte com Fortaleza, Itaitinga e Maracanaú; ao Sul com o município de Guaiúba e Itaitinga; a Leste com Itaitinga e a Oeste, com Maracanaú, Guaiúba e Maranguape (IPECE, 2014).

Administrativamente, o município é formado pelos distritos de Monguba (área onde é situada a aldeia da pesquisa), Pavuna e Senador Carlos Jereissati, e a sede. Conforme o Censo Demográfico IBGE (2010), a população total do município corresponde a 72.299 habitantes distribuídos por distritos que estão presentes na Tabela 2.

Tabela 2: População por distrito do município de Pacatuba.

DISTRITOS	POPULAÇÃO
Sede	17.975
Monguba	13.059
Pavuna	13.946
Sen. Carlos Jereissati	27.319
Total	72.299

Fonte: IBGE (2010).

O município de Pacatuba está sobre o tabuleiro litorâneo, tendo, apresenta formações de maciços residuais e depressões sertanejas. Possui uma pluviosidade de 1.479,5 mm/anuais e uma temperatura média de 26° C a 28° C, destacando-se assim o maior período chuvoso entre meses de janeiro a maio (IPECE, 2014). O clima do município é o tropical quente úmido, a estrutura pedológica é constituída por solos dos tipos: podzólico vermelho amarelo eutrófico (61,01%), podzólico vermelho amarelo distrófico (21,86%), solos aluviais eutróficos (14,69%) e bruno não cálcico (2,45%) (IPECE, 2014).

Nas áreas mais deprimidas, tem-se a ocorrência da vegetação caatinga arbustiva densa, e nos setores mais elevados encontram-se as floretas subcaducifólias tropical pluvial e subperenefólia tropical plúvio-nebular (IPECE, 2014).

Os principais recursos hídricos presentes no município correspondem aos rios Pacoti, Pacatuba e Coaçu. Destacam-se as áreas de nascentes como a fonte Boaçu, Serra da Aratuba e Serrote Piroá. Tem-se ainda o açude Gavião, que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Conforme Souza (2013, p.30) atualmente,

[...] os Pitaguary sofrem com a perda ou desvalorização dos seus costumes por parte dos mais jovens, o que se avalia estar diretamente ligada a proximidade das cidades, o que faz com que o modo de vida urbano se faça muito presente no cotidiano. Além disso, a exploração mineral por parte de uma pedreira localizada próxima a aldeia de Monguba, a reabertura de uma segunda pedreira e a falta de abastecimento regular de água são problemas que fazem parte do cotidiano indígena e estão nas discussões da comunidade com o poder público para que sejam resolvidos.

O homem é um agente que sofre e produz mudanças na sociedade é nesse sentido que o leva a ser um elemento dinâmico no processo de transformação da cultura ao longo do tempo. Para Aranha (1993, p. 6) a cultura é “o conjunto de símbolos elaborados por um povo em determinado tempo e lugar [...] a cultura é, portanto, um processo de auto-liberação progressiva do homem, o que caracteriza como um ser de mutação [...]”.

No mundo contemporâneo as expressões culturais são as mais diversificadas. Nesse ponto é que a geografia cultural estuda as manifestações conjunturais de cultura já que o significado desse termo não só varia na antropologia ou nas ciências humanas, como também se refere a realidades diferentes e abstratas. Para uma melhor compreensão do que vem a ser a geografia cultural, Claval (1997, p. 89 e 90) explicita que,

A geografia cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a si definir, a construir sua identidade e a se realizar.

Conforme Lugo *apud* Ruschmann (1997) a cultura se origina a partir de alguns fatores específicos como, por exemplo, o encontro entre culturas (os índios com os europeus), a organização cultural movida pelo resgate do passado (o modo de vida livre e responsável do índio com seu espaço e com a sua tradição), sua posição no espaço geográfico e o seu lugar na história. Ruschmann (1997, p. 50) assegura que,

Os fatores que originam a cultura de um povo constituem-se de seu posicionamento geográfico, de seu lugar na história, da época e das condições do encontro com outras culturas e das organizações culturais previamente existentes. O homem é seu criador e transmissor formal ou informal, considerando-se sua posição na comunidade e o contexto da mesma.

A partir dessa compreensão, acerca da geografia cultural, os elementos culturais da etnia dos Pitaguary da Aldeia de Monguba, são relevante no que concerne a sua territorialidade. Na Aldeia de Monguba, a questão da cultura faz-se presente na vida dos indígenas onde aos poucos estão resgatando as tradições mais antigas a partir dos relatos dos mais velhos. Os índios participam de manifestações culturais/artísticas (danças e artesanatos), religiosas (rituais ligados às festas da Caipora, Cabocla e dos Boiadeiros) e políticas (reuniões sobre a questão da sua reterritorialidade) com muita expressividade numérica da comunidade porém Alguns motivos são alegados pelos índios a não participarem da cultura de sua etnia, como nos diz as índias,

[...] quando eu era pequena sai daqui e fui morar com meus avós paternos [...] e agora voltei pra morar com minha mãe [...] me considero filha de índia, e sendo assim, sou índia [...] mas não participo da cultura pelo motivo desse afastamento que tive quando eu era pequena (Ana Vanessa, 17 anos).

[...] eu não participo da cultura indígena por que tenho minha casa e meus filhos, ai tu sabe, né? [...] tenho muita coisa pra fazer dentro de casa e tenho 3 filhos pra criar [...] até tenho vontade de ir pra ver e dançar o toré (Joana Érica, 23 anos).

A etnia dos Pitaguary procura manter viva sua identidade através do contato com as suas memórias ancestrais, nesse ponto pode-se citar Benjamim (1993, p. 63) que nos alerta para a importância das pessoas capazes de narrarem suas lembranças do passado “de historiar algum evento, de transmitir oralmente impressões, experiências e ensinamentos. O perigo parece residir na finitude das lembranças, do passado que, se não for relatado, ‘vira’ mesmo ‘pó’, silêncio”. Visando incentivar e contribuir para o resgate

dos atributos territoriais presentes na aldeia de Monguba, foi utilizado os procedimentos do mapeamento participativo que fornece poder de representação e construção de conhecimento sobre o território local.

Diante do contexto explicitado compreendeu-se que o mapeamento poderia ser utilizado como uma ferramenta destinada a visibilização dos conflitos presentes na aldeia de Monguba. Seguiu-se os pressupostos metodológicos que segundo Popayan (2005, p. 16) abrange a investigação-ação-participação, sendo o território a dimensão fundamental da metodologia caracterizada a seguir,

- ✓ Na Investigação no mapeamento participativo, a comunidade participa da investigação, aporta seus conhecimentos e experiências ao mesmo tempo que há troca. Os mapas se adequam e favorecem a cultura dos narradores orais, sendo que a construção coletiva de mapas permite a atualização da memória individual e coletiva;
- ✓ A Ação significa que o conhecimento de uma realidade permite atuar sobre ela. Trata-se de conhecer a realidade para transformá-la e não de investigar só pelo prazer de conhecê-la. Não se trata de qualquer tipo de ação ou ativismo, se busca antes de toda ação que se conduza à construção social;
- ✓ A Participação corresponde como processo permanente de construção social em torno dos conhecimentos, experiências e propostas de transformações para o desenvolvimento. A participação deve ser ativa, organizada, eficiente e decisiva. A comunidade deve participar de todo o processo investigativo.
- ✓ A Sistematização é compreendida como a recompilação de dados de uma experiência, sendo que aponta seu ordenamento ao encontrar as relações entre os elos e descobrir a coerência interna dos processos instaurados na prática. A sistematização deve ser um elemento fundamental para apreender a realidade e transformá-la, permite dimensionar esses conhecimentos dados e práticas visando atingir um sustentável desenvolvimento social.

O processo de elaboração do mapa levou em consideração os anseios das lideranças indígenas da aldeia de Monguba, sendo constituído por dois momentos sendo que na primeira houve a apresentação e discussão acerca da fundamentação teórica da Cartografia Social, ouviu-se as lideranças no sentido de se elencar os temas de relevância a serem mapeados, após está etapa inicial, apresentou-se a imagem de satélite³ da aldeia onde o trabalho de mapeamento foi desenvolvido (Figura 2).

³ A imagem de satélite utilizada na oficina foi disponibilizada pelo Google Earth,



Figura 2: Imagem de satélite e croqui utilizados no mapeamento social da aldeia de Monguba. Fonte: Landim Neto, 2013.

Após o reconhecimento do território pelas lideranças indígenas foi utilizada a técnica do *overlay* no mapeamento a partir da sobreposição de uma folha de papel vegetal na imagem de satélite (Figura 3).



Figura 3: Mapeamento Social elaborado pelas lideranças indígenas da aldeia de Monguba. Fonte: Landim Neto, 2013.

Após a efetivação do mapeamento na imagem de satélite, levou-se o material para o Laboratório de Geoprocessamento (LABOCART) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, sendo que as informações foram transferidas para o software free *QGIS 2.8* em um minucioso trabalho em equipe. Após o trabalho em laboratório o mapa será novamente apresentado para a comunidade visando revalidar e acrescentar mais as informações no mapa.

Faz necessário ressaltar que o mapa elaborado não estará presente neste trabalho tendo em vista que ele não foi publicado oficialmente pelas lideranças indígenas. Neste trabalho apresenta-se e discute-se a legenda do mapa que elencando os principais tipos de uso e ocupação da terra na aldeia de Monguba (Figura 4).



Figura 4: Legenda do mapa Social de uso e ocupação da terra, aldeia de Monguba, TI Pitaguary, Pacatuba, Ceará.

A partir do processo formativo ocorrido na oficina verificou-se que a aldeia apresenta uma diversidade de usos da terra, sendo descritas na tabela 3.

Tabela 3: Características gerais das atividades primárias na TI Pitaguary.

Atividade	Caracterização
Pecuária extensiva	Está localizada nos limites da aldeia de Monguba e distribuída em diversos pontos a: Criação bovina e caprina – sua criação é de forma extensiva, utilização da carne de corte e leite para subsistência; Criação suína – sua criação é de forma intensiva (criatórios chamados de chiqueiros) e utilização da carne de corte.
Agricultura de subsistência	Áreas de roçados (sistema de agricultura familiar e de policultura) que estão distribuídas em toda comunidade destinadas ao cultivo de: milho, feijão e batata doce. Área do horto - destinado ao cultivo de ervas e plantas medicinais.
Fruticultura	Áreas cultivadas no médio e alto da serra de Monguba onde se obtêm os seguintes frutos: azeitona roxa, banana, abacate, manga, jaca, café e batipari.
Artesanato	A extração da matéria-prima está nos limites da comunidade e da serra de Monguba voltada ao: cipó, sementes e bambu que trabalhados manualmente e confeccionados são transformados em artesanatos manufaturados.

Fonte: Galdino; Landim Neto, 2015.

Conforme as informações explicitadas é possível afirmar que existe múltiplos usos da terra na aldeia de Monguba, sendo que as áreas cultivadas, a pecuária, e as práticas extrativistas são voltadas para a subsistência visando garantir a soberania alimentar ⁴ da comunidade, já o artesanato proporciona um acréscimo na renda através da confecção de colares, cestos e bolsas colaborando também para a difusão da cultura indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a comunidade indígena Pitaguary é marcada por processos contínuos de lutas e resistências. As suas terras sempre foram alvo da ganância da especulação por posseiros, invasores e grileiros e que ressurgiu fortemente nas últimas duas décadas, principalmente em relação à demarcação da terra, ao resgate e à conservação das tradições dos seus antepassados. A luta do povo Pitaguary, além da posse e uso da terra, é em relação a sua sobrevivência, ao resgate e à preservação de sua cultura que está relacionada intrinsecamente por seu território localizar-se próximo do meio urbano e do parque industrial do município de Maracanaú.

O uso da terra na aldeia de Monguba está intrinsecamente relacionado à sua sobrevivência, pois essa mesma terra gera entre a comunidade indígena e o povo da região uma relação de comércio, que para

⁴ Conforme Altieri (2010, p. 24) o termo soberania alimentar pode ser definido como “o direito da cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente. O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor”.

algumas famílias é o único meio de sobrevivência. Esse é um dos motivos pelos quais a terra é importante para os índios da aldeia, visto que esse local está também ligado às suas questões culturais e de identidade.

Através da ritualidade, festas e de sua espiritualidade, os índios Pitaguary de Monguba fortalecem a sua caminhada para resistir contra as adversidades encontradas, ou seja, partem rumo à sua territorialidade. Entendendo a lógica da interseção desses três pontos, a terra, a identidade e a cultura, compreendo a caminhada e a luta dessa etnia, para ser reconhecida, e eles, enquanto índios, terem seus direitos garantidos pelos órgãos responsáveis.

É nesse contexto que o mapeamento participativo procurou fornecer visibilidade as diversas práticas dos usos da terra na aldeia de Monguba levando-se em consideração o poder que o conhecimento tradicional possui na representação e construção integral do território. Acredita-se que o conjunto de reflexões presentes neste trabalho possa contribuir com a luta dos Pitaguarys para que tenham seu território demarcado pelo Estado que se mostra burocratizado e omissivo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, nº.16. 2010, p. 22-32.

Asociación de Proyectos Comunitarios – POPAYAN. **Territorio y Cartografía Social**. Proyecto: Fortalecimiento de las organizaciones pertenecientes a la asociación de proyectos comunitarios. A.P.C. Disponível em: http://www.asoproyectos.org/doc/Modulo_0_Territorio.pdf 2005, 9p. Acesso em 05 de maio de 2015.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1993. 320p.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 6ª Edição, Rio de Janeiro: Ática, 1998. 153p.

CLAVAL, P. **As abordagens da geografia cultural**. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (Org.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1997. 368p.

DINIZ, R.L.P. Crescimento e desenvolvimento da criança indígena: Um estudo da etnia Pitaguary, Ceará. **Tese**. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo – USP. 2010. 179p.

FERREIRA, D. S. Território, Territorialidade E Seus Múltiplos Enfoques Na Ciência Geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17. 2014. p.111-135.

GALDINO, L.K.A. **Os caminhos da territorialidade da etnia Pitaguary**: o caso da Aldeia de Monguba no município de Pacatuba no Ceará. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de pós-graduação em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.119p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010**. município de Pacatuba, CE. IBGE, 2010.

IPECE. Instituto de Planejamento e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal de Pacatuba**. Disponível em http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm2012/Pacatuba.pdf .Acesso em 02 de janeiro de 2015. 2014, 18p.

LANDIM NETO, F.O; COSTA, N. O; PEREIRA FILHO, N.S; GORAYEB, A. A cartografia social na comunidade Waldemar de Alcântara: instrumento de luta por melhores condições de vida. **Anais do Primer Congreso de Extensión de la Asociación de la Universidades del Grupo Montevideo – AUGM. Extenso** 2013, 8p. Disponível em http://formularios.extension.edu.uy/ExtensoExpositor2013/archivos/519_resumen892.pdf Acesso em 01 de Agosto de 2015.

MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. Plural (USP). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, p. 105-125, 2011.

PELLEGRINI, F. A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. São Paulo: Ed. Papyrus,1993. 190p.

RAFFESTIN, J. C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 250p.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Papyrus editora, 1997. 199p.

SOUZA, W.F. A educação escola indígena diferenciada e o ensino de Geografia na Escola Municipal Indígena de Educação Básica do Povo Pitaguari. **Monografia**. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. 2013. 53p.

TIBERGEN, J. **Por uma terra habitável**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1977. 208p.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, estudos e valores do meio ambiente**. São Paulo-SP, DIFEL, 1980. 342p.